



INTERSINDICAL DOS ELETRICISTAS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1348 - 09 de fevereiro de 2017

·IMPRESSO·

VITOR SCHMIDT

1954 - 2017

ENTRE NÓS

para Vitor Schmidt

*seu corpo ocupa
o vazio do silêncio*

*nenhuma palavra dita
bendita ou maldita
dilacera a dor da perda*

*perder ou ganhar
não é uma questão de sorte
duro é perder pra morte*

*essa sisuda recatada
de poucas palavras*

*se foi mais um ser
desses que nos encorajam
a lutar a sonhar a viver*

*fique entre nós
o seu melhor*

Por Dino Gilioli



Foto: Gastão Cassel



TRIBUNA LIVRE

PEC da Previdência poderá ser a nossa batalha de Stalingrado

POR JOSÉ ÁLVARO CARDOSO

Não é possível entender a PEC 287 (da Previdência Social) sem analisar o contexto do golpe, que possui três vetores principais: a) destruição de direitos dos trabalhadores; b) enfraquecimento da soberania do país; c) apropriação de patrimônio público. Não há preocupação, por parte da equipe econômica, com a retomada do crescimento para viabilizar o Sistema de Seguridade Social brasileiro. O objetivo com a PEC é bem outro, e nem um pouco nobre. Querem aproveitar a crise para desmontar rapidamente as políticas públicas e os direitos sociais, obtidos a sangue, suor e lágrimas. Há também, com a PEC, o objetivo oculto, que não pode ser mencionado, de abrir mercados para os planos privados de previdência (como estão fazendo com a Saúde).

Daí o discurso catastrofista, fatalista, de que se não houver uma dura e amarga reforma, a Previdência vai quebrar em poucos anos, etc. Este é praticamente o mesmo discurso de empresas de consultoria, caça-niqueis. Para vender planos privados de previdência, mentem desbarradamente para os potenciais clientes, dizendo que a Previdência Social irá quebrar em x anos, e que a única salvação, à possibilidade de uma velhice miserável, é a adesão à previdência privada. O discurso é muito parecido. A PEC 287 não é uma proposta conservadora, equivocada, porém, séria. Não é isso. A proposta foi feita para facilitar que o setor financeiro venda planos de previdência privada e para reduzir as transferências de recursos públicos para os pobres, esmagadora maioria dos beneficiários da Seguridade Social no Brasil. É fundamental que se entenda isso para que possa estabelecer as estratégias corretas de enfrentamento da ameaça de destruição do Sistema.

Quando se fala em riscos para a Seguridade Social (nos segmentos de Previdência e Assistência Social) não estamos mencionando o perigo de perder-se qualquer conquistazinha. Trata-se do Sistema de Seguridade que atende a quase metade da população brasileira, conquista decorrente de pelo menos um século de lutas. Estamos falando de uma PEC que irá ferir de morte os mais necessitados (idoso, pobres, crianças, trabalhadores rurais, mulheres). Trata-se da ameaça ao melhor mecanismo de distribuição de renda que existe no país, no qual a renda é uma das mais concentradas do mundo.

A PEC 287 não menciona nenhuma estratégia de enfrentamento dos grandes problemas da nação: dívida pública, estrutura tributária, reforma agrária, desindustrialização, retomada do crescimento, etc. A proposta é de apenas retirar direitos duramente conquistados, para aumentar os lucros dos rentistas. Assim como a Emenda 95, essa PEC ataca frontalmente a renda dos mais pobres, portanto é um ataque direto à soberania do país, já que a seguridade econômico-social da população é um pré-requisito da soberania de de um país.

O diagnóstico de que o problema fiscal brasileiro decorre do aumento acelerado da despesa pública primária, ou seja, dos gastos sociais, de saúde, educação, funcionalismo, é mentiroso. O Brasil fez superávits primários até 2013 (juntamente com apenas mais cinco ou seis países no mundo). A Emenda da Morte, 95 (PEC 55), que já está em vigor, restringe o acesso da população pobre aos serviços públicos de educação, saúde, saneamento básico e, inclusive, à alimentação. A PEC da Previdência, por meios distintos, implicará no mesmo resultado.

A PEC 287 é um desafio gigantesco para os trabalhadores. Se passar, será mais uma derrota histórica (como a desmontagem da Petrobras, a EC 95, e outras). Por outro lado, é uma oportunidade impar de começar a virar o jogo. Se constituir numa das lutas mais importantes do ano. Daqui para a frente teremos que deflagrar guerra contra essa reforma da Previdência, que, talvez, seja a nossa batalha de Stalingrado. Se a sociedade perceber a ameaça que representa a PEC, é possível que haja mobilização e reação. A ver.

José Álvaro Cardoso é economista e coordenador regional do Dieese em SC

CELESC

ATENDIMENTO REGIONAL DA CELOS TERÁ SELEÇÃO

Atendendo à cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), Celesc e Celos abrem prazo para inscrições

A Fundação Celos divulgou que, para cumprir o disposto na cláusula 52ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17, abriu prazo para inscrições de trabalhadores que desejam ficar responsáveis pelo atendimento regional da Celos, na Celesc. Para avaliar e selecionar o atendente, a Celos montou uma comissão de Seleção, composta por representantes da Celesc, da CELOS. Apesar de existir deliberação para a participação da Intercel, os representantes sindicais não foram convocados para debater a elaboração dos critérios e procedimentos estabelecidos para o processo seletivo dos Atendentes Regionais. As informações estão disponíveis no site da CELOS (www.celos.com.br), no menu: Atendimento > Processo Seletivo - Atendentes Regionais, ou Clicando Aqui.

Abaixo, divulgamos o calendário para o processo seletivo:

- **Período de Inscrição: de 31 à 19/02/2017.**
- **Processo Seletivo: durante o mês de fevereiro/2017 e decorrente das inscrições.**
- **As inscrições deverão ser feitas pelo e-mail: inscricao@celos.com.br, até 19/02/2017**

SETOR ELÉTRICO

BENEVOLÊNCIA À PRIVATARIA

Governo dará condições especiais para Distribuidoras que forem privatizadas

O avanço privatista do Governo Federal quer dar melhores condições para quem comprar o patrimônio público. De acordo com a Reuters, "as seis Distribuidoras de eletricidade que a estatal Eletrobras pretende vender ainda neste ano terão novos contratos de concessão e uma revisão tarifária após a privatização, o que deverá ajudar a atrair interessados para a compra". A informação é confirmada pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino que defendeu a flexibilização das metas da concessão, para garantir que as Distribuidoras federalizadas sejam atrativas ao mercado. "Não será radicalmente diferente do

que está aí, mas tem que ser adaptado à realidade das empresas... lá tem uma qualidade de serviço defasada, vai ter que fazer alguma regra de transição para que haja viabilidade na transferência da concessão, isso é uma questão que está em discussão", segundo Rufino.

Para a Intercel, é inaceitável que o Governo Federal conceda condições mais

favoráveis de metas da concessão para incentivar a privatização, enquanto nega sistematicamente o mesmo benefício às empresas públicas. Ainda em 2016, o Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro

"As seis distribuidoras de eletricidade que a estatal Eletrobras pretende vender ainda neste ano terão novos contratos de concessão e uma revisão tarifária após a privatização, o que deverá ajudar a atrair interessados para a compra"

Nunes, acompanhado por dirigentes dos sindicatos que compõem a Intercel, defendeu a flexibilização das metas da concessão sem a necessidade de privatização. Em audiência pública realizada em Brasília, Leandro lembrou que é inadmissível que uma empresa como a Celesc, que tem mais 60 anos de bons serviços prestado à sociedade e eleita diversas vezes a melhor Distribuidora de energia do Brasil e da América Latina,

perca a concessão sem ter a chance de apresentar um plano regulatório que garanta o bom atendimento à sociedade e a sustentabilidade da empresa, mantendo-se pública.

A entrega do patrimônio público tem sido bandeira do Governo Federal e caberá aos trabalhadores união e luta em defesa de nossas estatais.

LUTO

ENTRE NÓS

Vitor Schmidt nos deixa, mas sua luta e exemplo permanecem inspirando os trabalhadores

É com grande tristeza que comunicamos o falecimento nesta segunda-feira, dia 6 de fevereiro, do nosso companheiro Vitor Sérgio Schmidt. Vitor foi uma grande liderança sindical em solo catarinense, nos anos 80, na mudança dos sindicatos até então meramente assistencialistas em entidades de luta e defesa dos interesses dos trabalhadores, em especial dos eletricitários. Também foi o primeiro vereador do PT na Câmara de Florianópolis, onde se destacou como voz ativa contra todo tipo de desigualdade e opressão.

No início de 2016, Vitor foi entrevistado pelo programa "Escritos em Movimento", Projeto de Extensão do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, contando um pouco de sua trajetória como sindicalista, político e, acima de tudo, um ser humano comprometido com uma sociedade mais justa para todos. Na entrevista, disponível no Youtube, Vitor nos dá uma grande lição sobre como fazer um sindicalismo combativo: "toda luta sindical só faria sentido de ser realizada se ela fosse dirigida para os grandes problemas nacionais. As campanhas não poderiam ser meramente campanhas economicistas, de pauta de reivindicações. Não! Tinham que ser campanhas que politizassem o movimento, que apontassem as principais demandas da sociedade".

CELESC

A MESMA PLR DE 2016

Proposta da Diretoria da Celesc não prevê avanço e ainda inclui indicadores não-gerenciáveis pelos trabalhadores na PLR 2017

A Diretoria da Celesc informou aos trabalhadores que entregou aos sindicatos da Intercel, em reunião realizada no dia 31/01, uma proposta oficial para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2017. A proposta mantém os mesmos valores e forma de distribuição da PLR 2016, incluindo indicadores que dificultam o alcance das metas. Ou seja, apesar de ser a mesma, a proposta é inferior à PLR 2016. Primeiro por que não contempla o reajuste nem da inflação, retirando o poder aquisitivo do benefício dos trabalhadores. Segundo por que inclui indicadores pouco ou nada gerenciáveis pelos trabalhadores, o que dificulta muito o alcance

das metas estabelecidas. Além disso, a Diretoria novamente não avança na distribuição linear da PLR, maior reivindicação dos trabalhadores para uma participação nos lucros e resultados verdadeiramente justa.

Apesar de afirmar que os indicadores "estão alinhados com o esforço que toda a Companhia vem fazendo para a manutenção da concessão", na prática, a proposta apresentada pela Diretoria impõe grandes barreiras para uma boa PLR. Os sindicatos da Intercel estarão dialogando com a categoria para conseguir avanços na PLR que realmente reflitam a importância dos trabalhadores para a Celesc.



"Toda luta sindical só faria sentido de ser realizada se ela fosse dirigida para os grandes problemas nacionais. As campanhas não poderiam ser meramente campanhas economicistas, de pauta de reivindicações. Não! Tinham que ser campanhas que politizassem o movimento, que apontassem para as principais demandas da sociedade. Só assim, desta maneira, estaríamos contribuindo para aumentar a capacidade das pessoas de enxergar a realidade e se posicionar na realidade, cada vez mais, com determinação"

GOLPE

GOLPE DAS TELES VOLTA AO SENADO

STF suspende tramitação do projeto que prevê dinheiro público para salvar teles

Aos 48 minutos do segundo tempo um golpe quase transferiu R\$ 100 bilhões de dinheiro público para operadoras de telefonia. Privatizadas na década de 90 e hoje "quebradas", as teles se beneficiariam do projeto de que modifica a Lei Geral das Telecomunicações, encaminhada na surdina para sanção presidencial pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros. O Supremo Tribunal Federal atendeu à ação dos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Paulo Rocha (PT-PA) suspendendo a tramitação, pedindo explicações sobre o porquê do projeto não ter passado em nenhuma comissão do Senado.



Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Mário Jorge Maia
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-900 | (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Para além do FAÇA ACONTECER

POR UM FEMINISMO DOS 99% E UMA GREVE INTERNACIONAL MILITANTE EM 8 DE MARÇO

NEM UMA A MENOS
#TodasVivas

8M GREVE

GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES
8 DE MARÇO

INTERNATIONAL WOMEN'S STRIKE
PARO INTERNACIONAL DE MUJERES
parodemujeres.com

As grandes marchas de mulheres de 21 de janeiro [nos Estados Unidos] podem marcar o início de uma nova onda de luta feminista militante. Mas qual será exatamente seu foco? Em nossa opinião, não basta se opor a Trump e suas políticas agressivamente misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas. Também precisamos alvejar o ataque neoliberal em curso sobre os direitos sociais e trabalhistas. Enquanto a misoginia flagrante de Trump foi o gatilho imediato para a resposta maciça em 21 de janeiro, o ataque às mulheres (e todos os trabalhadores) há muito antecede a sua administração. As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial. O feminismo do “faça acontecer”* e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garantam direitos trabalhistas. Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas.

O tipo de feminismo que buscamos já está emergindo internacionalmente, em lutas em todo o mundo: desde a greve das mulheres na Polônia contra a proibição do aborto até as greves e marchas de mulheres na América Latina contra a violência masculina; da grande manifestação das mulheres de novembro passado na Itália aos protestos e greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos na Coreia do Sul e na Irlanda. O que é impressionante nessas mobilizações é que várias delas combinaram lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem as políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Juntas, elas anunciam um novo movimento feminista internacional com uma agenda expandida – ao mesmo tempo anti-racista, anti-imperialista, anti-heterossexista e anti-neoliberal. Queremos contribuir para o desenvolvimento deste novo movimento feminista mais expansivo.

Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março. Nisto, nós nos juntamos com grupos feministas de cerca de trinta países que têm convocado tal greve. A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denúncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais. Essas ações visam visibilizar as necessidades e aspirações que o feminismo do “faça acontecer” ignorou: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias.

Ao abraçar um feminismo para os 99%, inspiramo-nos na coalizão argentina Ni Una Menos. A violência contra as mulheres, como elas a definem, tem muitas facetas: é a violência doméstica, mas também a violência do mercado, da dívida, das relações de propriedade capitalistas e do Estado; a violência das políticas discriminatórias contra as mulheres lésbicas, trans e queer, a violência da criminalização estatal dos movimentos migratórios, a violência do encarceramento em massa e a violência institucional contra os corpos das mulheres através da proibição do aborto e da falta de acesso a cuidados de saúde e aborto gratuitos. Sua perspectiva informa a nossa determinação de opormo-nos aos ataques institucionais, políticos, culturais e econômicos contra mulheres muçulmanas e migrantes, contra as mulheres de cor e as mulheres trabalhadoras e desempregadas, contra mulheres lésbicas, gênero não-binário e trans-mulheres.

As marchas de mulheres de 21 de janeiro mostraram que nos Estados Unidos também um novo movimento feminista pode estar em construção. É importante não perder impulso. Juntemo-nos em 8 de março para fazer greves, atos, marchas e protestos. Usemos a ocasião deste dia internacional de ação para acertar as contas com o feminismo do “faça acontecer” e construir em seu lugar um feminismo para os 99%, um feminismo de base, anticapitalista; um feminismo solidário com as trabalhadoras, suas famílias e aliados em todo o mundo.

